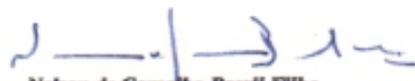
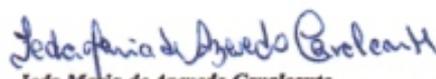


MARINA BARRA CLUBE**BALANÇO PATRIMONIAL REFERENTE AO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)****ATIVO**

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
ATIVO CIRCULANTE	<u>2.760.375,80</u>	<u>5.647.116,51</u>
Caixa e Equivalente de Caixa	1.751.649,32	4.617.487,30
Contas a Receber	582.990,75	517.952,58
Estoques	130.329,90	209.343,87
Adiantamento Diversos	23.277,87	22.535,13
Titulos Patrimoniais	53.249,89	103.799,12
Outros Créditos	168.048,54	126.062,18
Despesas Antecipadas	50.829,53	49.936,33
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	<u>23.732.628,58</u>	<u>21.839.589,42</u>
REALIZÁVEL LONGO PRAZO	<u>7.333.066,62</u>	<u>6.190.143,09</u>
Depósitos Jūdiciais	7.333.066,62	6.190.143,09
IMOBILIZADO	<u>16.384.726,87</u>	<u>15.621.360,01</u>
Imobilizado	16.384.726,87	15.621.360,01
INTANGÍVEL	<u>14.835,09</u>	<u>28.086,32</u>
Intangível	14.835,09	28.086,32
TOTAL DO ATIVO	<u>26.493.004,38</u>	<u>27.486.705,93</u>


Nelson de Carvalho Brasil Filho
Presidente Executivo

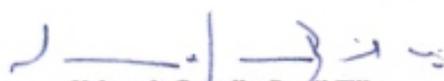

Ieda Maria de Azevedo Cavalcante
Contadora - CRC-RJ 055083/0-6
CPF 801.611.897-68

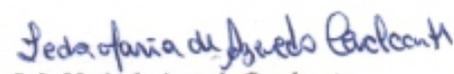
MARINA BARRA CLUBE
BALANÇO PATRIMONIAL REFERENTE AO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

PASSIVO

	2015	2014
PASSIVO CIRCULANTE	<u>8.228.655,69</u>	<u>7.158.248,42</u>
Fornecedores	6.679.731,04	5.944.434,75
Tributos e Contribuições a Recolher	273.936,25	267.021,87
Obrigações Trabalhistas	763.551,62	706.555,18
Adiantamentos de Sócios	226.324,50	215.081,03
Tributos a Pagar	240.900,72	
Outras Contas a Pagar	44.211,56	25.155,59
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	<u>23.986.078,88</u>	<u>26.288.267,36</u>
Provisão para Contingências	22.620.974,80	26.288.267,36
Tributos a Pagar	1.365.104,08	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>-5.721.730,19</u>	<u>-5.959.809,85</u>
Patrimônio Social	7.717.153,42	7.714.311,56
Reserva de Lucro	3.085,00	3.085,00
Resultados Acumulados	-13.441.968,61	-13.677.206,41
TOTAL DO PASSIVO	<u>26.493.004,38</u>	<u>27.486.705,93</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Nelson de Carvalho Brasil Filho
 Presidente Executivo

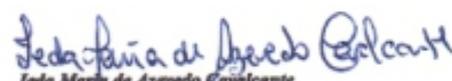

Ieda Maria de Azevedo Cavalcante
 Contadora – CRC-RJ 055083/0-6
 CPF 801.611.897-68

MARINA BARRA CLUBE
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

	2015	2014
RECEITAS	19.424.200,86	17.809.348,54
Taxa Estatutárias	15.616.899,20	14.091.073,98
Taxa de Investimentos e Obras	593.700,00	582.830,00
Taxa da Náutica	276.946,94	254.763,26
Provisões Taxas Vencidas	50.025,67	24.476,93
Títulos Patrimoniais	217.566,70	251.800,00
Receitas com Serviços Prestados		
Concessões e Instalações	187.507,69	213.823,56
Cursos e Aulas	1.511.009,41	1.393.766,69
Sociais	334.173,65	339.414,47
Reembolso de Serviços Prestados	281.495,23	275.914,08
Receitas Eventuais		
Custeio	273.704,05	340.211,86
Objetos Sociais	63.610,90	30.557,24
Outras Receitas	17.561,42	10.716,47
DESPESAS	-19.082.427,08	-17.776.845,09
Despesa de Pessoal	-10.527.158,69	-9.606.584,29
Despesa com Material	-1.618.219,44	-1.220.309,57
Despesas com Serviços de Terceiros	-1.159.394,48	-1.075.993,85
Despesas Gerais	-3.271.755,67	-3.699.626,73
Despesas Tributárias	-686.883,30	-497.457,25
Despesa com Depreciação	-1.010.908,95	-1.005.518,51
Despesas Financeiras Líquidas	-808.071,05	-669.570,52
Outras Despesas	-35,50	-1.784,37
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	341.773,78	32.503,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

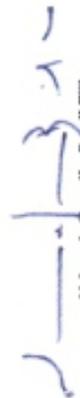

 Nelson de Carvalho Brasil Filho
 Presidente Executivo


 Ieda Maria de Azevedo Cavalcante
 Contadora - CRC-RJ 055083/0-6
 CPF 801.611.897-68

MARINA BARRA CLUBE
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

Descrição	Patrimônio Social		Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Total
	Títulos	Títulos Cancelados			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.954.115,62	-326.196,27	3.085,00	-11.344.323,19	-3.713.318,84
Dívidas dos Títulos Cancelados durante o Exercício	-	86.392,21	-	-	86.392,21
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	-31.059,58	-31.059,58
Atualização da Cobrança do INSS	-	-	-	-9.067,35	-9.067,35
Atualização da Cobrança do IPTU	-	-	-	-2.214.129,01	-2.214.129,01
Atualização da Cobrança do SPU	-	-	-	-111.130,73	-111.130,73
Superavit do Exercício	-	-	-	32.503,45	32.503,45
Saldos em 31 de dezembro de 2014	7.954.115,62	-239.804,06	3.085,00	-13.677.206,41	-5.959.809,85
Dívidas dos Títulos Cancelados durante o Exercício	-	2.841,86	-	-	2.841,86
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	-5.634,20	-5.634,20
Ajuste da Implantação do Novo Sistema do Ativo Imobilizado	-	-	-	1.103.964,42	1.103.964,42
Atualização da Cobrança do INSS	-	-	-	290.526,01	290.526,01
Atualização da Cobrança do IPTU	-	-	-	-992.866,15	-992.866,15
Atualização da Cobrança do SPU	-	-	-	-502.526,06	-502.526,06
Superavit do Exercício	-	-	-	341.773,78	341.773,78
Saldos em 31 de dezembro de 2015	7.954.115,62	-236.962,20	3.085,00	-13.441.968,61	-5.721.730,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


 Nelson de Carvalho Brasil Filho
 Presidente Executivo


 João Maria de Azevedo Cavalcante
 Contador - CRC-RJ 055983/9-6
 CPF 801.611.897-48

MARINA BARRA CLUBE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Superavit do Exercício	341.773,78	32.503,45
Depreciação	1.010.908,95	1.005.518,51
Provisões Operacionais	-2.245.192,04	2.608.946,31
	<u>-892.509,31</u>	<u>3.646.968,27</u>
Variações em Ativos e Passivos:		
Contas a Receber	-65.038,17	-123.833,67
Adiantamentos	-742,74	90.829,08
Estoques	79.013,97	-115.900,90
Depósitos Judiciais	-1.142.923,53	-1.561.868,85
Outros Ativos	7.669,67	-28.435,14
Fornecedores	735.296,29	1.420.069,95
Impostos e Taxas a Pagar	6.914,38	47.218,65
Outras Contas a Pagar	167.506,04	-2.256.300,95
	<u>-1.104.813,40</u>	<u>1.118.746,44</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO:		
Variação do Imobilizado	-1.770.542,68	-669.409,44
Variação do Intangível	9.518,10	-1.359,00
	<u>-1.761.024,58</u>	<u>-670.768,44</u>
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	<u>-2.865.837,98</u>	<u>447.978,00</u>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INICIO DO EXERCÍCIO	4.617.487,30	4.169.509,30
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	1.751.649,32	4.617.487,30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


 Nelson de Carvalho Brasil Filho
 Presidente Executivo


 Ieda Maria de Azevedo Cavalcante
 Contadora - CRC-RJ 055083/0-6
 CPF 801.611.897-68

MARINA BARRA CLUBE
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Nota 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Marina Barra Clube é uma associação civil sem fim lucrativo fundada em 1982, e inaugurada em 20 de janeiro de 1984, e tem por finalidade proporcionar aos seus associados o lazer, a prática de esportes e promover reuniões de caráter cívico, social e cultural.

Nota 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, considerando as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), bem como as normas aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002), sendo divulgadas de forma comparativa com as do exercício anterior.

Nota 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Apuração do Resultado do exercício

O superávit/déficit é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b) Instrumentos Financeiros

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os valores de realização desses instrumentos financeiros são iguais aos seus valores de mercado.

c) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Associação revisa as estimativas pelo menos anualmente.

d) Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não se excede o valor de mercado.

e) Imobilizado

Está demonstrado ao custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil estimado dos bens, conforme mencionado na Nota 8.

f) Intangível

Está demonstrado ao custo histórico de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, limitados ao prazo de cinco anos.

g) Passivo Circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Por ser uma Associação sem fins lucrativos, está isenta da obrigatoriedade de pagamento destes tributos.



Nota 4 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Em 31 de dezembro, as disponibilidades estavam representadas como segue:

Descrição	2015 R\$	2014 R\$
Caixa	34.826,85	44.174,23
(-) Cheques em Cobrança	(22.464,00)	(23.119,43)
Banco conta Movimento	55.738,75	37.565,34
(-) Valores / Cheques em Trânsito	(21.807,80)	(15.744,83)
Aplicações Financeiras (a)	1.705.355,52	4.574.611,99
Total	1.751.649,32	4.617.487,30

(a) As aplicações financeiras referem-se, em 31 de dezembro de 2015, a aplicações em Certificado de Depósitos Interbancário no Banco Bradesco, Banco Santander, Banco Itaú e Caixa Econômica Federal.

Nota 5 - CONTAS A RECEBER

O Contas a Receber referem-se às taxas de manutenção de associados, contribuição de obra e de contas de serviços utilizados pelos sócios durante o mês, nos diversos departamentos do Clube, acrescidas de multa por atraso incorrida.

Nota 6 - ESTOQUE

Os estoques estão representados basicamente por material para consumo.

Nota 7 - DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo da conta Depósitos Judiciais está composto da seguinte forma:

Descrição	2015 R\$	2014 R\$
Área Trabalhista	403.091,73	365.682,89
LIGHT	1.947.047,75	1.661.718,90
SPU	541.001,95	103.849,13
CEDAE	4.146.049,71	3.796.003,57
Outros	295.875,48	262.888,60
Total	7.333.066,62	6.190.143,09

Foi interposto recurso para todos os processos acima e encontram-se pendentes de decisão.

Nota 8 – IMOBILIZADO

Os saldos do ativo imobilizado, em 31 de dezembro, estavam apresentados como segue:

	2015				2014
	Taxa Anual Depreciação	Custos	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Sede					
Terrenos	-	4.888.261,57		4.888.261,57	4.888.261,57
Edificações	4%	7.693.286,25	6.807.449,49	885.836,76	31.580,72
Máquinas de Escritório	10%	15.190,16	15.147,65	42,51	83,93
Equipamento Informática	20%	327.252,87	270.009,15	57.243,72	54.538,72
Equip. de Comunicação	10%	75.726,37	56.163,92	19.562,45	23.682,54
Máquinas e Equipamentos	10%	2.064.416,09	1.023.565,79	1.040.850,30	1.080.402,02
Móveis e Utensílios	10%	1.244.482,91	739.810,58	504.672,33	470.232,33
Instalações	10%	223.761,42	200.734,47	23.026,95	25.964,17
Benfeitorias	4%	2.497.802,94	438.426,41	2.059.376,53	2.153.213,96
Embarcação	10%	800,00	160,00	640,00	719,96
Concessões Telefônicas	-	3.200,00		3.200,00	3.200,00
Obras de Arte	-	23.221,20		23.221,20	23.221,20
Obras em Andamento	-	993.650,56		993.650,56	619.890,82
Ilha					
Terrenos	-	735.000,00		735.000,00	735.000,00
Edificações	4%	5.958.193,18	1.586.631,06	4.371.562,12	4.610.551,14
Equipamento Informática	20%	14.428,53	12.065,64	2.362,89	4.423,33
Equip. de Comunicação	10%	2.352,20	1.450,39	901,81	1.119,88
Máquinas e Equipamentos	10%	788.777,70	429.658,03	359.119,67	457.515,47
Móveis e Utensílios	10%	126.659,96	54.374,83	72.285,13	78.384,19
Benfeitorias	4%	385.552,53	41.642,16	343.910,37	359.374,06
Obras em Andamento	-	-			-
Total		28.062.016,44	11.677.289,57	16.384.726,87	15.621.360,01

Durante o ano de 2015 foi implantado um novo sistema de controle do ativo imobilizado, em decorrência dessa mudança foi apurado algumas divergências no cálculo da depreciação. Tal fato resultou num ajuste contra os resultados acumulados no montante de R\$ 1.103.964,42.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") conforme definido na norma CPC nº 01 é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2015 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

Nota 9 - INTANGIVEL

O ativo intangível está representado basicamente pelos softwares e marcas e patentes utilizados pelo Clube.

Nota 10 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores é composta da seguinte forma:

Descrição	2015 R\$	2014 R\$
Fornecedores de Materiais	251.098,49	155.719,93
Fornecedores de Serviços	351.747,12	355.016,84
Fornecedores - Depósito Judicial	6.076.885,43	5.433.697,98
Total	6.679.731,04	5.944.434,75

Os fornecedores em depósitos judiciais referem - se aos processos em andamento contra a LIGHT e CEDAE.

Nota 11 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo da conta Provisão para Contingência é composta da seguinte forma:

Descrição	2015 R\$	2014 R\$
Contingência - IPTU	19.634.446,26	24.000.618,82
Contingência - INSS	88.002,71	378.528,72
Contingência - SPU - MBC	1.464.915,38	977.897,43
Contingência - SPU - ILHA	1.433.610,45	931.222,39
Total	22.620.974,80	26.288.267,36

Periodicamente, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as probabilidades de eventuais perdas e efetua os ajustes necessários na provisão constituída. Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração, constituiu provisões para contingências para cobrir as perdas esperadas, classificadas como prováveis dentro dos processos em andamento.

Com relação à contingência do IPTU, que se referem aos IPTU's não pagos, por recomendação efetuada pela Administração do Clube, vem sendo contabilizado o valor atualizado constante no extrato da prefeitura.

TRIBUTÁRIO

As Execuções Fiscais, em trâmite perante o Tribunal de Justiça Estadual, referem-se pagamento de IPTU relativo aos exercícios de 1995, 1996 e de 1999 a 2007, montam passivo total aproximado de R\$ 17.917.663,91 (dezessete milhões, novecentos e dezessete mil, seiscentos e sessenta e três reais e noventa e um centavos).

Desse total, entendemos como possível a redução de aproximadamente: R\$ 296.582,02 (correspondente à parcela inconstitucional do IPTU nos exercícios de 1995 e 1996);

R\$ 5.165.200,40 (correspondente à parcela inconstitucional do IPTU no exercício de 1999); R\$ 10.566.607,68 (defendemos nos Embargos à Execução a prescrição do débito referente aos exercícios de 2000 e 2001), totalizando uma possibilidade de redução aproximada de R\$ 16.028.390,10.

Cumpre salientar, ainda, que os débitos referentes aos exercícios de 2008 e 2009 são objetos de parcelamento em 84 vezes, que os débitos dos exercícios de 2002, 2003 e 2004 foram quitados por meio do programa "Concilia Rio" e que os débitos de 2005 igualmente parcelados em 84 vezes já foram integralmente liquidados.

Administrativamente, ainda está pendente de julgamento definitivo a Impugnação ao valor venal do imóvel apresentada em 2009, no valor de R\$ 454.489,00.

Vale salientar, por fim, que a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro reconheceu a isenção do IPTU para o clube com relação ao período de 2010 em diante.

Com relação a dois processos administrativos federais 2010, relativos a débitos previdenciários 01/1999 a 07/2006, que somam o valor aproximado de R\$ 652.929,96 e que foram remetidos ao CARF para julgamento do recurso voluntário interposto contra a decisão que julgou os lançamentos procedentes. Diante da inexistência de comprovação do efetivo recolhimento dos valores, parece-nos remota a possibilidade de afastamento do débito na esfera administrativa.

CÍVEL

Com relação aos processos de natureza cível, temos ação movida contra a CEDAE para reenquadramento da tarifa de água cobrada; processo nº 0048682-66.2009.8.19.0001, a CEDAE foi condenada a reenquadrar a conta de água do clube para a tarifa de "sociedade sem fins lucrativos". A decisão já é definitiva, não cabendo mais recurso da CEDAE.

Entre fevereiro de 2009 e julho de 2013, o clube fez o depósito judicial dos valores (maiores) que eram cobrados pela CEDAE. No total, foi depositado nesta ação R\$ 2.209.221,89 (valor histórico).

Depois de julho de 2013, o depósito do valor cobrado pela CEDAE passou a ser feitos nos processos nos 0218485-08.2013.8.19.0001 e 0399553-85.2013.8.19.0001 (patrocinadas por outro advogado, em curso na 33ª Vara Cível). Nessas ações, temos notícia de que estão depositados R\$ 1.910.047,57 (valor histórico) e ainda não há decisão.

Com a decisão definitiva, o clube pediu que a CEDAE fizesse o reenquadramento da conta de água com base na tarifa mais baixa e pediu para levantar o valor depositado a maior. O reenquadramento das contas já foi feito, mas há dificuldades no que se refere ao levantamento dos valores depositados.

Já depois de fazer o reenquadramento das contas para a tarifa correta, a CEDAE indica que o clube teria em aberto com ela o valor de R\$ 1.702.937,50 (valor histórico), sendo que R\$ 954.004,84 corresponde ao período de fevereiro de 2009 e julho de 2013 (depósitos ação bichara) e R\$ 748.932,09 correspondente ao período a partir de agosto de 2015 (Depósitos Ações com o outro advogado). Assim, segundo a conta da CEDAE, teríamos uma diferença histórica de R\$ 2.416.331,96 a ser levantada pelo Clube nas duas ações.

IMOBILIÁRIO

Com relação aos processos de natureza imobiliária, destacamos o andamento, dos Embargos de Terceiros na Execução nº 2003.001.019404-0, também no que diz respeito aos Embargos de Terceiros nº 2008.001.055101-8 opostos pelo Marina Barra Clube nos autos da Ação de Execução nº 2003.001.019404-0, promovida por Gian Luigi Fumagalli em face de Elias José Habib e José Alfredo Damásio, nossa tese de defesa foi acolhida, na medida em que a sentença afastou a alegada fraude à execução, observando que o Marina agiu com boa-fé e obteve todas as certidões dos distribuidores a fim de ter certeza de que não pesava sobre o imóvel qualquer ônus.

Assim sendo, concluiu que o negócio jurídico realizado deve ser preservado, declarando insubsistente a penhora efetuada no processo de execução nº 2003.001.0194040, mantendo-se o Marina na posse do imóvel situado na Ilha da Coroa.

Identificamos o protocolo de recurso, ao qual ainda não tivemos acesso. A petição do recurso foi juntada nos autos em 22/09/2015 e o processo será remetido ao gabinete do juiz.

Sobre as duas ações ajuizadas em face da União Federal, processos nº 0022530-82.2007.4.02.5101 e nº 0005207-59.2010.4.02.5101, para tratar das cobranças de foro, taxa de ocupação e laudêmio, destacamos o seguinte:

O caso que trata da discussão sobre a incidência de foro, laudêmio e taxa de ocupação à União Federal, ante a alegação de que os imóveis "Ilha I do D.N.O.S." e "Ilha do Mangue Alto" não seriam terrenos de marinha, não obstante todas as evidências demonstradas nos autos foi julgado improcedente.

Em face da sentença foram opostos Embargos de Declaração, os quais foram desprovidos. Ato contínuo foi interposto Recurso de Apelação.

O processo foi remetido ao gabinete do juiz, que deverá receber o nosso Recurso de Apelação e determinar a intimação da União para oferecimento de contrarrazões.

O outro caso, em que se discute a majoração dos valores devidos a título de foro e taxa de ocupação à União Federal, ante a alegação de que esses valores não poderiam acompanhar a valorização do valor de mercado dos imóveis, mas apenas haver a atualização mediante a simples aplicação do índice legal de correção monetária, o pedido do Marina Barra Clube foi julgado procedente.

Entretanto, interposto Recurso de Apelação pela União, houve reforma parcial da sentença. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região entendeu, em síntese, que apenas o valor do foro não poderia sofrer atualização de acordo com o valor de mercado dos imóveis. Com relação à taxa de ocupação, entendeu o Tribunal que estaria correto à cobrança e a forma de cálculo, sendo, pois, devido e correto o valor cobrado.

Contra esse acórdão foram interpostos recurso especial e extraordinário, a fim de fazer prevalecer o entendimento segundo o qual não poderia haver a atualização da taxa de ocupação com fundamento no atual valor de mercado dos imóveis. A União Federal também recorreu, da parte relativa ao foro.

Atualmente, o processo aguarda o julgamento dos recursos nas Instâncias Superiores.

Importa destacar que:

- Os exercícios de foro de 2008 a 2011 são objeto da Execução Fiscal nº 0122468-40.2013.4.02.5101 (envolvendo o valor de R\$ 536.847,26). Foi oferecida Exceção de Pré-Executividade, ainda pendente de julgamento;
- O exercício de foro de 2012 é objeto da Execução Fiscal nº 0117714-21.2014.4.02.5101 (envolvendo o valor de R\$ 151.272,74). Oferecida Exceção de Pré-Executividade, ela foi rejeitada, sendo ordenada a penhora dos ativos financeiros do Marina Barra Clube. Cumpre informar que foi interposto Agravo de Instrumento contra a decisão que ordenou a penhora, no entanto o recurso foi desprovido. Existem Embargos de Declaração pendentes de apreciação, os quais não são dotados de efeito suspensivo. Ou seja, não obstante nossos esforços em retardar o cumprimento da ordem de penhora, o risco é iminente. Com a garantia do débito, serão oferecidos Embargos à Execução.
- Os exercícios de taxa de ocupação de 2009 a 2012 são objeto da Execução Fiscal nº 0134488-29.2014.4.02.5101 (envolvendo o valor de R\$ 413.753,60). Oferecida Exceção de Pré-Executividade, ela foi rejeitada, sendo ordenada a penhora dos ativos financeiros do Marina Barra Clube. Cumpre informar que foi interposto Agravo de Instrumento contra decisão que ordenou a penhora, sem efeito suspensivo, ainda pendente de julgamento. Neste caso o risco de penhora também é iminente. Com a garantia do débito, serão oferecidos Embargos à Execução.

AMBIENTAL

Processo Administrativo n. E-07/505.520/2010 - INEA 9, Trata-se de processo decorrente da lavratura do Auto de Infração nº 00141715 pelo Instituto Estadual de Ambiente do Rio de Janeiro (INEA), com aplicação de multa de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), por suposto abastecimento de embarcações sem licença ambiental.

Em 09.10.14, foi protocolada Defesa Administrativa. Aguarda-se julgamento da defesa.

Nota 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social compreende os títulos sociais do Clube e os correspondentes títulos cancelados até o final do exercício.

Os principais ajustes ocorridos no exercício de 2015, contra os resultados acumulados referem-se a:

- Atualização da Dívida do IPTU
- Atualização da Dívida do SPU
- Implantação do Novo Sistema do Ativo Imobilizado.

Nota 13 - DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDA

O saldo da conta Despesas Financeiras Líquidas é composta da seguinte forma:

Descrição	2015 R\$	2014 R\$
Receita - Rendimento de Aplicações	457.017,15	460.938,90
Receita - Descontos Obtidos	3.303,34	1.523,54
Receita - Multas, Juros e Mora	49.403,93	42.119,70
Despesas - Despesas Bancárias	(97.810,36)	(89.921,41)
Despesas - Descontos Concedidos (1)	(1.219.985,11)	(1.084.231,25)
Total	(808.071,05)	(669.570,52)

Obs.: 1 - Refere-se aos descontos concedidos nas boletas dos associados para pagamento até o dia oito.

Nota 14 - COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

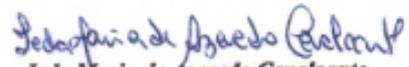
Nota 15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Entidade.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2015.



Nelson de Carvalho Brasil Filho
Presidente Executivo



Ieda Maria de Azevedo Cavalcante
Contadora - CRC-RJ 055083/0-6
CPF 801.611.897-68

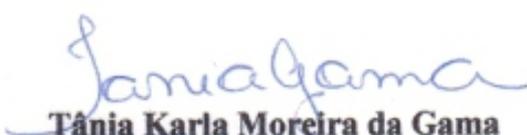
PARECER DO CONSELHO FISCAL

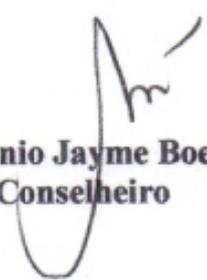
Os membros do Conselho Fiscal do Marina Barra Clube, abaixo assinados, no uso das atribuições previstas no artigo 80 do Estatuto, examinaram e recomendam, a aprovação pela Assembléia Geral, do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes da Empresa Walter Heuer Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2016.


Ângelo Fischer Matos
Presidente


Silvio de Andrade Lizarralde
Conselheiro


Tânia Karla Moreira da Gama
Conselheira


Antonio Jayme Boente
Conselheiro

José Renato Torres da Nascimento
Conselheiro



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Conselheiros do
MARINA BARRA CLUBE

Examinamos as demonstrações contábeis do **MARINA BARRA CLUBE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.





Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **MARINA BARRA CLUBE** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 19 de Fevereiro de 2016.

WALTER HEUER AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-SP 000334/0-6-T-RJ

GILSON MIGUEL DE BESSA MENEZES
CONTADOR CRC RJ 017511 /O-9 T SP